

**HABEAS CORPUS Nº 541.396 - PR (2019/0317285-4)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**LUIS GUSTAVO FAGUNDES PURGATO - SP293114**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : JANDER DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**DECISÃO**

**JANDER DOS SANTOS** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** no Agravo em Execução n. 0020207-84.2019.8.16.0017.

A Defensoria Pública se insurge contra a ausência de procedimento administrativo prévio à homologação de falta grave, consistente em fuga da Colônia Penal.

Requer o reconhecimento da nulidade. Ausente pedido liminar.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pela **concessão da ordem**.

**Decido.**

Segundo o Tribunal de Justiça (fls. 12-15, grifei):

Vê-se que o reeducando cumpria pena no regime semiaberto, na Colônia Penal Industrial de Maringá (CPIM) desde 16/01/2019 (mov. 253.2). Porém, **no dia 20.02.2019, durante o cumprimento da pena veio a notícia de ter o sentenciado empreendido fuga da Colônia Penal** (informação lançada na aba Mandados Prisão/Alvarás de Soltura).

Na sequência, diante da informação contida nos autos de ter o reeducando evadido-se da CPIM, foi ele regredido cautelarmente de regime pela magistrada (mov. 262).

[...]

A audiência de justificação foi regularmente realizada,

momento em que o reeducando apresentou sua justificativa.

[...]

**A instauração de procedimento administrativo disciplinar, no presente, é despicienda, levando-se em consideração que foi realizada a audiência de justificação, em que se procedeu a oitiva do apenado, sendo-lhe garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.**

Neste ato judicial, o reeducando foi ouvido na presença de seu defensor e do Ministério Público, onde afirmou que acabou não retornando para a Colônia Penal Industrial de Maringá, por medo de regressar, pois se recusou a levar droga para dentro da unidade prisional, a pedido de terceiros desconhecidos.

Consigne-se que esta Relatora não está negando vigência à Súmula 533 do Superior Tribunal de Justiça, apenas firmando entendimento de que, a oitiva do apenado em sede de [1] procedimento administrativo disciplinar é eficaz e plenamente suprida quando realizada em audiência de justificação, na qual serão assegurados os direitos constitucionais à ampla defesa e ao contraditório, consoante já esposado.

[...]

**Portanto, no caso em apreço, o fato de não ter havido instauração do procedimento administrativo disciplinar para apuração da prática da falta grave em nada prejudica o agravante, pois na realização da audiência de justificação lhe foi garantida a possibilidade de defesa, sendo ele ouvido perante a autoridade judiciária, acompanhado de sua defensora e na presença do Ministério Público.**

Nesse cenário, é forçoso reconhecer a ilegalidade, pois "Esta Superior Corte de Justiça consolidou entendimento no sentido de que **o reconhecimento de falta disciplinar de natureza grave, em caso de fuga do estabelecimento prisional** ou de não retorno de saída temporária, **somente é possível com a devida instauração de procedimento administrativo disciplinar** pelo diretor do presídio" (HC n. 385.834/RS, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 5/4/2017, destaquei).

Confira-se: "O Superior Tribunal de Justiça, apreciando recurso representativo da controvérsia – REsp. 1.378.557/RS –, pacificou

o entendimento no sentido da imprescindibilidade da instauração, pelo Diretor do estabelecimento prisional, de Procedimento Administrativo Disciplinar - PAD para a apuração e reconhecimento da falta grave. Inteligência da Súmula n. 533/STJ" (HC n. 358.788/RS, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, 5ª T., DJe 28/10/2016). Cito, ainda:

**1. A tese da imprescindibilidade da instauração de um Procedimento Administrativo Disciplinar - PAD para reconhecimento da prática de falta disciplinar amolda-se à jurisprudência desta Corte, consolidada em seu enunciado sumular n.º 533. O entendimento em testilha deve ser aplicado, inclusive, no tocante ao cometimento de falta disciplinar consistente na prática de crime doloso durante a execução da pena.**

[...]

(AgRg no HC n. 423.979/RS, 6ª T., Relª. Ministra. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 14/3/2018).

Com a ressalva de meu entendimento pessoal sobre o tema (considero que a sindicância seria obrigatória apenas para averiguar fatos vinculados à casa prisional, praticados no interior da cadeia ou sujeitos ao conhecimento e à supervisão administrativa, caso contrário, a ampla defesa poderia ser exercitada em audiência de justificação) aplico à hipótese a tese jurídica firmada pela Terceira Seção desta Corte, que, ao julgar a controvérsia em recurso especial repetitivo (REsp n. 1.378.557/RS, reviu anterior posicionamento e decidiu:

Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar, no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo o habeas corpus para anular o reconhecimento da falta praticada em 20/2/2019** (fuga) e afastar todas as penalidades dela decorrentes, sem prejuízo de renovação de sua apuração, por meio de processo administrativo disciplinar.

Publique-se e intinem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator